



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 2\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS					
As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$
Apêndices — anual, 600\$					
Preço avulso — por página, \$50					
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio					

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trata de entidade particular.

SUMÁRIO

Conselho da Revolução:

Portaria n.º 79/76:

Introduz alterações no orçamento privativo das forças navais de Moçambique em vigor no ano de 1975.

Presidência do Conselho de Ministros:

Declaração:

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 503/75, de 13 de Setembro, que aprova o Estatuto de Controlador de Tráfego Aéreo.

Ministério das Finanças:

Portaria n.º 80/76:

Aprova o modelo de impresso destinado à realização do registo especial de títulos estrangeiros previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 729-G/75, de 22 de Dezembro.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público ter o Governo dos Países Baixos depositado o instrumento de ratificação da Convenção Relativa à Notificação no Estrangeiro de Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Estado-Maior-General das Forças Armadas

Portaria n.º 79/76

de 16 de Fevereiro

Manda o Conselho da Revolução, pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 448/72, de 13 de Novembro, introduzir as seguintes alterações no orçamento privativo das forças navais de Moçambique em vigor no ano de 1975:

Capítulos	Artigos	Números	Rubricas	Reforços	Anulações
			Despesa ordinária		
1.º	1.º		Despesas correntes		
1.º	2.º		Remunerações em numerário	-\$-	15 303 610\$30
1.º	3.º		Remunerações em espécie	-\$-	851 178\$30
		1	Previdência social:		
		2	Abono de família	-\$-	1 619 145\$00
		3	Subvenção de família	-\$-	64 590\$00
			Outras despesas	1 957 038\$40	\$
4.º			Compensação de encargos	173 314\$30	\$
5.º			Bens duradouros	2 804 340\$40	\$
6.º			Bens não duradouros	8 818 577\$30	\$
7.º			Aquisição de serviços	4 085 253\$20	\$
				17 838 523\$60	17 838 523\$60

Estado-Maior-General das Forças Armadas, 31 de Dezembro de 1975. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Francisco da Costa Gomes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 212, de 13 de Setembro, o Decreto-Lei n.º 503/75, determino que se façam as seguintes rectificações:

No artigo 14.º, onde se lê:

- b) ... um curso de especialização adequado às soluções a exercer;

deve ler-se:

- b) ... um curso de especialização adequado às funções a exercer;

No artigo 16.º, no título, onde se lê: «(Concessão das qualidades)», deve ler-se: «(Concessão das qualificações)».

No artigo 21.º, n.º 2, onde se lê:

- a) Qualificação de *contrôle* de aeródromo ou aeródromos correspondentes à qualificação de que é detentor;

deve ler-se:

- a) Qualificação de *contrôle* de aeródromo: executar ou supervisionar a execução do serviço de *contrôle* de aeródromo ou aeródromos correspondente à qualificação de que é detentor;

No artigo 28.º, n.º 1, onde se lê:

- a)

Inspectores de contrôle;

deve ler-se:

- a)

Inspectores de contrôle do tráfego aéreo;

e no n.º 2, onde se lê: «... a que se refere a alínea do número anterior ...», deve ler-se: «... a que se refere a alínea a) do número anterior ...».

No artigo 29.º, n.º 1, onde se lê:

- a) Os actuais inspectores de *contrôle* e oficiais de circulação aérea ...

deve ler-se:

- a) Os actuais inspectores de *contrôle* do tráfego aéreo e oficiais de circulação aérea ...

No artigo 30.º, n.º 1, onde se lê:

- a) Os actuais inspectores de *contrôle* manterão ...

deve ler-se:

- a) Os actuais inspectores de *contrôle* do tráfego aéreo manterão ...

No artigo 31.º, n.º 2, onde se lê: «... com dispensa de idade e habilitações literárias», deve ler-se: «... com dispensa do limite de idade e de habilitações literárias».

No artigo 32.º, n.º 1, onde se lê:

- c) Inspectores de *contrôle* ...

deve ler-se:

- c) Inspectores de *contrôle* do tráfego aéreo ...

e no n.º 2, onde se lê:

- a) Inspectores de *contrôle* ...

deve ler-se:

- a) Inspectores de *contrôle* do tráfego aéreo ...

No mapa n.º 1, «Mapa a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 503/75», onde se lê:

Unidades	Categorias e respectivas qualificações	Grupo de vencimento
33	Controlador do tráfego aéreo sénior ou inspector de <i>contrôle</i>	E
63	Controlador do tráfego aéreo de radar	F
144	Controlador do tráfego aéreo ou de aproximação ou de circulação aérea regional	G
40	Controlador de tráfego aéreo ou de aeródromo ou oficial de circulação aérea	H
57	Controlador do tráfego aéreo auxiliar ou assistente de controlador	K
		M

deve ler-se:

Unidades	Categorias e respectivas qualificações	Grupo de vencimento
33	Controlador de tráfego aéreo sénior ou inspector de <i>contrôle</i> do tráfego aéreo	E
63	Controlador de tráfego aéreo de radar	F
144	Controlador de tráfego aéreo de aproximação ou regional ou	G
40	Oficial de circulação aérea de aproximação ou regional	H
57	Controlador de tráfego aéreo de aeródromo ou	K
	Oficial de circulação aérea de aeródromo	M
	Controlador de tráfego aéreo auxiliar ou	
	Assistente de controlador de tráfego aéreo	

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

Portaria n.º 80/76
de 16 de Fevereiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, ao abrigo do disposto no n.º 2

do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 729-G/75, de 22 de Dezembro, aprovar o modelo de impresso anexo à presente portaria, destinado à realização do registo especial de títulos estrangeiros previsto no citado diploma.

Ministério das Finanças, 23 de Janeiro de 1976. —
 Pelo Ministro das Finanças, *Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva*, Secretário de Estado do Tesouro.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REGISTO ESPECIAL DE TÍTULOS ESTRANGEIROS

(Decreto-Lei n.º 729-G/75, de 22 de Dezembro)

Nome ...

Residência ou sede ...

Declaro, para efeitos do registo a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 729-G/75, de 22 de Dezembro, que sou (a) ..., das seguintes (b) ..., emitidas pel... (c) ..., com sede em ...

Números dos valores	Valor nominal total que representam

- (a) «Proprietário» ou «usufrutuário».
- (b) Indicação da espécie de valores.
- (c) Entidade emissora dos valores.

..., ... de ... de 19...

O Declarante,
 (a) ...

Confere com o original e o duplicado que recebi,

Procedeu-se ao registo,

(b) ...

... / ... / ...

... de ... de 19...

O Banco de Portugal,

...

(c) ...

(a) Assinatura reconhecida por notário no original. Quando o declarante seja comerciante, poderá o reconhecimento notarial ser substituído pela aposição do respectivo carimbo ou selo branco. A assinatura pode também ser abonada pela instituição de crédito onde se fizer o registo.
 (b) Identificação da instituição de crédito em que se procede ao registo.
 (c) A preencher, pelo Banco de Portugal, apenas no duplicado.

Esta declaração é apresentada em duplicado, podendo sê-lo em qualquer instituição de crédito nacionalizada.

(A4 — 210 mm × 297 mm)

Pelo Ministro das Finanças, *Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva*, Secretário de Estado do Tesouro.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Serviços Jurídicos e de Tratados

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do Bureau Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, o Governo

dos Países Baixos depositou junto do respectivo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 3 de Novembro de 1975, o instrumento de ratificação da Convenção Relativa à Notificação no Estrangeiro de Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, concluída em 15 de Novembro de 1965, de que Portugal é parte.

Secretaria-Geral do Ministério, 4 de Fevereiro de 1976. — O Chefe dos Serviços Jurídicos e de Tratados, *Mário d'Oliveira Neves*.